

A PRESENÇA DO DISCURSO NEOLIBERAL EM EDUCAÇÃO NOS *PCNEM*¹

Renato PIRANI

Prof. Mestre em Educação para a Ciência – FC/UNESP-Bauru

João José CALUZI

Prof. Dr. do Departamento de Física – FC/UNESP-Bauru

RESUMO

Neste trabalho, fazemos uma leitura crítica das propostas pedagógicas dos *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio (PCNem)*, no intuito de desvelar o papel ideológico desse documento no que tange à adequação da escola pública à nova (des)ordem econômica neoliberal, que transformou a educação em bem de consumo, de modo que a escola passa a ser o *locus* privilegiado de formação de trabalhadores adequados às novas demandas do mercado e da produção pós-taylorista.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo em Educação; PCNem; Economia da Educação; Educação Pública Brasileira

ABSTRACT

In this work, we make a critic reading about pedagogics proposals of the *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio (PCNem)*, with aim of to clear the ideological function this document in touching at fitting of public school at new (dis)order economic neoliberal, that has been transformed the education in consumption matter, in mode that the school try to be the favoured *locus* of formation of makers concern at news lawsuits of the after-taylorist market and production.

KEYWORDS: Neoliberalism in Education; PCNem; Economy Education; Brazilian Public Education

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é tão somente desvelar – mediante a Análise do Discurso e apoiados na Sociologia e na Economia da Educação – o discurso neoliberal (oculto com destreza) presente na proposta pedagógica dos *PCNem*, cujo desiderato é o de ocultar a transformação da escola pública brasileira de ensino fundamental e médio em *locus* específico para a formação e treinamento do capital humano (FRIGOTTO, 2000). Para isso, nos embasamos em alguns importantes posicionamentos teóricos, como a Economia da Educação de Gaudêncio Frigotto (2000), a Sociologia da Educação de Pablo Gentili (1995) de Daniel Suárez (1995) e nos trabalhos de Newton Duarte (2001) entre outros.

A PRESENÇA DO DISCURSO NEOLIBERAL EM EDUCAÇÃO NOS *PCNEM*

Antes de discutir as propostas pedagógicas dos *PCNem*, torna-se profícuo – no afã de se contextualizar a elaboração político-ideológica (chamada às vezes teórico-metodológica) dos *PCNem* – observar que a retórica neoliberal atribui um papel estratégico à educação e determina-lhe basicamente três objetivos:

1) Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa [...].

2) O segundo objetivo educacional do neoliberalismo é o de fazer da escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários [...].

3) O terceiro objetivo do neoliberalismo é fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática [...]” (LEOPOLDO E SILVA *et. al.*, 1996: 15-18).

Isso posto, tornar-se-á, daqui em diante, mais fácil compreender a essência do discurso presente nas páginas dos *PCNem*. Em um trecho significativo, o eloqüente discurso ideológico – oculto sob a denominação de “estética da sensibilidade” – movimenta-se com destreza, quando da afirmação falaciosa, segundo a qual,

A estética da sensibilidade realiza um esforço permanente para devolver ao âmbito do trabalho e da produção a criação e a beleza, daí banidas pela moralidade industrial taylorista. [...] Mas a estética da sensibilidade quer também educar pessoas que saibam transformar o uso do tempo livre num exercício produtivo porque criador. E que aprendam a fazer do prazer, do entretenimento, da sexualidade, um exercício de liberdade responsável” (BRASIL, 1999: 75-76).

Ora, o discurso acima não é senão aquele que traduz os ditames da chamada “nova direita”, que pugna pela desconstrução de todo um universo de conquista da classe trabalhadora; é significativo notar que dentro dos propósitos dessa “nova direita”, como fez notar Suárez,

O projeto intelectual e político de desintegração do quadro de direitos até há pouco garantido pelo Estado (de bem-estar, populista e outros híbridos latino-americanos), aludindo, a partir de perspectivas neoliberais, aos problemas “estruturais” de deficiência administrativa da gestão pública é, sem dúvida, sua expressão mais ambiciosa (SUÁREZ, 1995: 255).

Ora, quando se critica o modelo taylorista, deve-se atentar para o fato de que este modelo de produção já não corresponde mais às exigências da nova base produtiva; esta é pois, a fase do capitalismo pós-fordista e pós-taylorista a qual estamos vivendo; entenda-se: com o advento das linhas de montagem altamente informatizadas e robotizadas, o trabalhador nos moldes tayloristas constituiu-se um capital vivo dispendioso², já que, doravante, o trabalhador que é requisitado na linha de produção é precisamente aquele que saiba dominar um mínimo de conhecimentos sobre informática e operações básicas de álgebra, e que esteja apto a “aprender continuamente” a fim de satisfazer as demandas operacionais das novas máquinas que são postas na produção, dia-a-dia, decorrentes das tecnologias de ponta.

Deixemos mais um pouco, discorrer, o eufemístico discurso pedagógico oficial, de cunho ideológico-doutrinário:

Diante desse mundo globalizado [...] a educação [...] deve ser encarada, conforme o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, da UNESCO, “entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduz a um desenvolvimento mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras[...] Alteram-se, portanto, os objetivos de formação no nível do Ensino Médio. Prioriza-se a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (BRASIL, 1999: 25).

A proposta da UNESCO citada acima, além de ser falaciosa – pois a pobreza só aumentou no Brasil a partir da intervenção do Banco Mundial, do FMI e da própria UNESCO – não é senão, por um lado, a aplicação de uma política neoliberal que pretende erradicar o analfabetismo, face à necessidade de apaziguamento da luta de classes, e por outro, a necessidade da arregimentação de uma força de trabalho que faça frente às exigências de um mercado flexível, onde o capital, movimentando-se habilmente, lança seus tentáculos em regiões inóspitas politicamente, onde a força sindical se encontra mais debilitada, e portanto, em horizontes mercadológicos que possibilitem um tráfego veloz do capital, no âmbito do lucro imediato; ou seja, a reestruturação dos novos padrões de produção e de acumulação, demandam a desregulamentação das leis trabalhistas de forma a baratear a força de trabalho ou aquilo que Frigotto chamou de “capital vivo”. Nesse contexto, faz sentido a proposta neoliberal dos *PCNem* de “aprendizagem permanente” e da “formação continuada” “em função dos processos sociais que se modificam”, uma vez que, estando a nova base produtiva à mercê das rápidas transformações tecnológicas, a partir da robótica, da microeletrônica, da microbiologia e da engenharia genética, tornar-se-ia custoso ao Estado – e mesmo ao capital, que hoje financia em parte o projeto pedagógico que se traduz em veículo da ideologia dominante – promover um ensino de qualidade que contemplasse uma ampla formação docente e discente; como a base técnico-científica está sujeita a mudanças céleres, devido às eternas e rápidas transformações tecnológicas, o mais lógico para as finalidades do capital é suprir

as demandas de capital vivo com uma aprendizagem e ensino continuados, a fim de que o trabalhador possa estar em constante adaptação nesse mundo de rápidas mudanças.

É nesse contexto que o lema “aprender a aprender” passa a ser revigorado nos meios educacionais, pois preconiza que à escola não caberia a tarefa de transmitir o saber objetivo, mas sim a de preparar os indivíduos para aprenderem aquilo que deles for exigido pelo processo de sua adaptação às alienadas e alienantes relações sociais que presidem o capitalismo contemporâneo (DUARTE, 2001: 9).

Como observou Suárez (1995: 256), “[...] *para impor-se, a modernização conservadora precisa apagar da memória coletiva o conflitivo processo de construção social de noções como cidadania, bem comum, solidariedade, igualdade, direitos sociais*”.

Vejamos aqui, as finalidades almejadas com “a reforma curricular e a nova organização do Ensino Médio”:

Essa educação geral, que permite buscar informação, gerar informação, usá-la para solucionar problemas concretos na produção de bens ou na gestão e prestação de serviços, é preparação básica para o trabalho. [...] Essa educação geral permite a construção de competências que se [sic] manifestar-se-ão em habilidades básicas, técnicas ou de gestão” (BRASIL, 1999: 30-31).

Note-se que a estrutura do discurso acima, é precisamente aquela embasada naquilo que Suárez (1995) chamou de “o princípio educativo da nova direita”, que consiste em conferir ao processo educativo, uma forma de gestão à maneira do gerenciamento empresarial³; ou seja, a nova ética do capital transforma a educação – à maneira do que aconteceu com a arte em meados do século passado – em mero bem de consumo, como qualquer outro, e portanto, as técnicas de gestão devem ser similares àquelas empregadas no mundo burocrático-empresarial: a educação, como qualquer outra mercadoria, torna-se um produto à venda no mercado, e seu preço é estabelecido, outrossim, em função das demandas do mercado decorrentes da nova reorganização da base de produção e de reprodução do capital. Ou seja, [...] “o neoliberalismo precisa – em primeiro lugar, ainda que não unicamente – despolitizar a educação, dando-lhe um novo significado como mercadoria para garantir, assim, o triunfo de suas estratégias mercantilizantes e o necessário consenso em torno delas” (GENTILI, 1995: 244-245).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, procuramos a partir dessa leitura crítica dos *PCNem*, desvelar o processo ideológico que subjaz à nova reestruturação da escola pública no Brasil. Se a escola pública não for olhada com essas lentes críticas, corre-se o risco de manter-se uma escola que peca pela sua incompetência em formar cidadãos “críticos e intervenientes” (pois é precisamente o oposto que está ocorrendo), traduzindo-se em empresa para os produtos da educação. São eles: a merenda escolar – cujos víveres são no mais das vezes fornecidos por empresas multinacionais –, o mercado do livro didático e dos produtos da informática. O panorama da escola pública nos dias que se seguem é sombrio e sem perspectivas gloriosas a curto e médio prazo, de modo que esse trabalho de denunciar a presença do discurso neoliberal na proposta pedagógica dos *PCNem* é um mister necessário mas não suficiente. Nosso objetivo foi, pois, o de contribuir nesse sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 1999. 364 p.; il.: fotos;

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana**. 2ª ed. rev. e amp. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GENTILI, Pablo. “Adeus à Escola Pública: A desordem Neoliberal, a Violência do Mercado e o Destino da Educação das Maiorias”. Em: APPLE, Michael W. *et al.*; GENTILI, Pablo (org.) ***Pedagogia da exclusão – crítica ao neoliberalismo em educação (o neoliberalismo e a crise da escola pública)***. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Coleção estudos culturais em educação).

LEOPOLDO E SILVA, Franklin *et al.* ***Conciliação, neoliberalismo e educação***. São Paulo: ANNABLUME; FUNDAÇÃO UNESP, 1996.

PARO, Vitor Henrique. “A Gestão da Educação ante as Exigências de Qualidade e Produtividade da Escola Pública” Em: SILVA, Luiz Heron da. ***A escola cidadã no contexto da globalização***. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SUÁREZ, Daniel. “O Princípio Educativo da Nova Direita: Neoliberalismo, Ética e Escola Pública”. Em: APPLE, Michael W. *et al.*; GENTILI, Pablo (org.) ***Pedagogia da exclusão – crítica ao neoliberalismo em educação (o neoliberalismo e a crise da escola pública)***. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Coleção estudos culturais em educação).

NOTAS

¹ PCNem: Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio.

² Veja-se aqui, uma síntese de Frigotto (2000), sobre a mudança na base técnica-produtiva: “A máquina a vapor e, mais tarde, a descoberta do petróleo e da eletricidade, permitiram potencializar e substituir, em grande medida, a força física do animal e do trabalhador. A base mecânica e eletromecânica caracteriza-se por um conjunto de máquinas fixas, com rigidez de programação de seqüência e movimentos para produtos padronizados e em grande escala. Sob esta base, característica do taylorismo e fordismo, os custos de mudança são elevadíssimos e, por isso, ficam evidentes os limites para uma automação flexível” (p. 147).

³ Veja-se aqui, um importante posicionamento crítico de Paro (1998) a esse respeito: “(...) é preciso refutar, de modo veemente, a tendência atualmente presente no âmbito do Estado e de setores do ensino que consiste em reduzir a gestão escolar a soluções estritamente tecnicistas, importadas da administração empresarial capitalista. Segundo essa concepção, basta a introdução de técnicas sofisticadas de gerência próprias da empresa comercial, aliada a treinamentos intensivos dos diretores e demais servidores das escolas para se resolverem todos os problemas da educação escolar” (p. 304).